

BANCO DE EXPERIÊNCIAS DE PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS

Nome do Município:

Londrina

Unidade de Federação:

Paraná

Tema de Destaque:

Mobilização e Capacitação anterior ao início da revisão do Plano Diretor.

Número de Habitantes:

447.065 habitantes

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000

Categoria:

- Cidade com mais de 20.000 habitantes
- Integrantes de Região Metropolitana e Aglomerações Urbanas
- Integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- Inseridos nas áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- Não se inclui nas categorias citadas

Caracterização do Contexto Local:

Londrina surge a partir do processo de colonização da região norte do estado, promovido, inicialmente, pela Companhia de Terras Norte do Paraná. “Esta companhia efetuou a fundação de 63 cidades e patrimônios, e vendeu 35.103 lotes rurais, em sua maioria inferiores a 30 alqueires, e 70 mil datas (lotes urbanos) com a média de 500 m² cada. O primeiro posto avançado da colonização, criado em 1925, recebeu o nome de Londrina - filha de Londres. Mais tarde, a 3 de dezembro de 1934, através do Decreto Estadual nº 2519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, foi criado o município de Londrina”¹.

Londrina encontra-se localizada na Região Norte Central, é um importante pólo regional, exerce centralidade em vários municípios da região, incluindo Maringá, outro pólo de grande influência. Faz parte da região metropolitana criada em

¹ Texto retirado do site do IPPUL - www.londrina.pr.gov.br/ippul

1998, composta por sete municípios com uma população total de 662.789 habitantes (IBGE - Censo Demográfico 2000). No estado, o crescimento populacional da região só é superado pelo da região metropolitana de Curitiba, Londrina exerce o papel de principal absorvedora, no interior do Paraná, do movimento migratório inter-regional. Os municípios ao redor de Londrina apresentam um crescimento acelerado da população urbana. Este fenômeno ocorre principalmente pela sua importância econômica no estado, -e pela instalação de pequenas e médias indústrias que tendem a se estender na direção destes municípios.

Hoje, Londrina registra cerca de 488.287 habitantes (população estimada em 2005), com apenas 4% na área rural. Com uma extensão geográfica de 1.715,897 km², a população urbana se concentra no extremo norte do município.

Descrição da Experiência:

No início de 2005, a nova diretoria de urbanismo do IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina), assumiu como uma de suas principais responsabilidades, a revisão do Plano Diretor de Londrina.

Deram início ao processo revendo as ações realizadas na gestão anterior e a preparação de documentos para busca de recursos (nas esferas estadual e federal) para elaboração do Plano Diretor. Neste momento, foi aprovada junto à Câmara Municipal a autorização de abertura de crédito junto à SEDU Paranacidade². Até o momento não foram assinados os contratos para liberação de recursos do governo estadual. Com recursos próprios a equipe do IPPUL iniciou a elaboração da nova metodologia para revisão do Plano, paralelamente à busca de recursos para abertura de licitação.

Como atividade de abertura deste processo foi realizada a primeira Audiência Pública, na Câmara de Vereadores no dia 04 de julho de 2005. Esta primeira audiência contou com a presença de cerca de 400 pessoas, representantes dos mais diversos segmentos da sociedade londrinense e com ampla cobertura da imprensa.

Esta audiência foi amplamente divulgada nos meios de comunicação disponíveis, como rádio, internet e jornais. O conteúdo apresentado foi dividido em três partes: (i) O que é o Plano Diretor; (ii) Estatuto da Cidade, (iii) Proposta geral da metodologia de trabalho – incluindo: gestão democrática e decisão sobre os canais de participação popular a serem criados.

A equipe do IPPUL iniciou o processo de mobilização e sensibilização para discutir o Plano Diretor em três linhas de ação: (i) mobilização interna da Prefeitura; (ii) mobilização da sociedade civil organizada e (iii) mobilização da população em geral. Paralelo a este processo estavam sendo elaborados os Termos de Referência para a contratação da consultoria que elaboraria a parte técnica do trabalho. Sob a coordenação do IPPUL, o Plano Diretor seria

² Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Serviço Social Autônomo Paranacidade.

elaborado de maneira integrada entre: (i) Poder Público; (ii) equipe consultora contratada e (iii) sociedade civil.

Mobilização Interna da Prefeitura

O objetivo desta ação foi a capacitação e sensibilização de secretários, técnicos e demais funcionários públicos de todos os setores da Prefeitura, além de recolher e organizar dados existentes na Prefeitura que seriam utilizados na revisão do Plano. As atividades desta linha de ação tiveram início logo após a 1ª audiência pública, aproveitando o momento favorável, devido à ampla divulgação.

Primeiramente, foram feitas reuniões com cada Secretaria Municipal para descobrir quais os conceitos e relações estabelecidas entre a gestão do município e o Plano Diretor vigente. A questão principal era revelar a interferência e a apropriação do Plano Diretor como instrumento utilizado no cotidiano da administração pública.

No segundo momento, foi convocada uma reunião com todas as secretarias, na qual participaram secretários, técnicos e demais funcionários públicos, ainda sem definição dos responsáveis pelo acompanhamento do Plano. Foi constatado que a maioria dos funcionários (incluindo diretores e técnicos) desconhecia o conteúdo do Plano Diretor vigente, e este não fazia parte do cotidiano da gestão. Segundo o levantamento realizado, o Plano Diretor interferia apenas naquelas secretarias diretamente envolvidas com o ordenamento do uso e ocupação do solo (Obras, IPPUL, entre outras). Outra constatação relevante foi o alto grau de desarticulação entre as diferentes secretarias.

Entre julho e setembro de 2005 os técnicos da prefeitura participaram de oficinas de capacitação sobre política habitacional ministradas pelos técnicos do IPPUL. Estas oficinas fazem parte de uma ação do programa de financiamento HBB (Habitar Brasil BID) e, apesar de possuírem foco específico na habitação, provocaram discussões que alimentaram o debate interno sobre o Plano Diretor, e propiciaram o envolvimento e a integração dos técnicos. Seguiu-se a esta uma oficina novamente para os técnicos, com o tema do Plano Diretor e Estatuto da Cidade ministrada pela equipe do IPPUL.

Durante estes primeiros momentos, foi constituída uma equipe técnica da Prefeitura, formada por secretários, técnicos e funcionários de diversas secretarias. Esta equipe foi dividida em grupos de trabalho, com o objetivo de promover discussões temáticas, cuja sistematização tem servido de subsídio para a equipe do IPPUL.

Os grupos de trabalho têm como função levantar dados existentes, assim como propor linhas de discussão, metas e diretrizes de como abordar estes temas durante o Plano Diretor. Os grupos estão divididos em:

1. Sustentabilidade para o desenvolvimento urbano, rural e regional;
2. Infra-estrutura;

3. Legislação urbana;
4. Equipamentos sociais;
5. Gestão democrática.

Este último grupo (Gestão democrática) tem como principal objetivo sistematizar informações referentes a todos os conselhos existentes no município, incluindo formas de atuação, formas e poder de decisão, composição e qual a relação da gestão destes com os processos de gestão municipal. Embora o grupo não tenha ainda iniciado os trabalhos, espera-se que a sistematização destas informações permitam compreender e enfrentar o processo de “pulverização” dos espaços de decisão e portanto, da fragmentação das políticas públicas.

Mobilização da Sociedade Civil Organizada

Nesta ação o objetivo foi envolver no processo de elaboração do Plano Diretor as diversas entidades: representação de classe, movimentos sociais, organizações não-governamentais, sindicatos, empresários, entre outros segmentos da sociedade civil organizada. As entidades foram previamente levantadas por possuírem importante papel na formação de opinião junto a determinados grupos sociais.

Na primeira audiência pública (realizada no dia 04/07) foi eleita uma Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor – formada por representantes da sociedade civil organizada presentes.

Em seguida, na primeira reunião da Comissão definiu-se um calendário de encontros e um método de trabalho. A comissão foi organizada em seis grupos de trabalho, cada qual com um ritmo e metodologia próprios para as suas reuniões. A Comissão, ou seja, a totalidade dos grupos de trabalho se reuniria uma vez por mês para discutir e apresentar a respectiva produção (conteúdo, questões, informações levantadas, etc.), sob a supervisão da equipe do IPPUL, conforme acordado na primeira reunião. Os grupos de trabalho têm as mesmas responsabilidades dos grupos internos da Prefeitura de Londrina e encontram-se divididos nos seguintes temas:

1. Sustentabilidade para o desenvolvimento urbano, rural e regional;
2. Infra-estrutura;
3. Legislação urbana;
4. Instrumentos do Estatuto da Cidade;
5. Equipamentos sociais;
6. Gestão democrática.

Até o momento, não foram realizadas muitas reuniões e a produção de conteúdo dos grupos de trabalho variou de acordo com o tema tratado. Por acharem necessário maior tempo para discutirem os temas e formularem proposições,

solicitaram à equipe do IPPUL mais tempo para este processo. E por isso a segunda audiência pública foi realizada apenas em dezembro de 2005.

Mobilização da População em geral

Esta ação visou sensibilizar a população londrinense a conhecer e discutir o Plano Diretor, mostrando a importância deste instrumento do planejamento municipal e sua interferência na vida de cada morador do município. Para isso foram mobilizados e formados multiplicadores entre as lideranças de todas as regiões da cidade (norte, sul, leste, oeste e centro, além dos distritos rurais).

Como o IPPUL dispunha de uma equipe muito pequena para executar este processo de mobilização, a solução foi buscar na estrutura da própria Prefeitura o apoio necessário. Para as atividades de mobilização foi chamado o Núcleo de Participação Popular, ligado ao Gabinete do Prefeito, que já desenvolvia um trabalho de discussão do Orçamento Participativo junto à comunidade.

A participação da população começou a ser articulada em reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e reuniões dos Conselhos Distritais, anteriores à 1ª audiência pública.

Após esta audiência o Núcleo de Participação Popular deu início aos trabalhos de discussão nos bairros. O município foi dividido em 23 regiões (08 rurais e 15 urbanas), tentando desta maneira atingir toda a população de Londrina. Em cada região aconteceu um debate sobre o Plano Diretor. O público destas reuniões eram as lideranças populares (presidentes e diretores de associações de moradores, representantes dos conselhos de saúde local, escolas, etc.).

As reuniões foram realizadas de julho até agosto de 2005, nas quais foram escolhidas, pelos próprios participantes, 03 pessoas de cada região para participar de um curso sobre Plano Diretor, Estatuto da Cidade e Participação Popular. Este curso foi preparado por Neiva Alves B. de Almeida (do Núcleo de Participação Popular), com duração de 20 horas e ministrado por técnicos do IPPUL e do Núcleo de Participação Popular. Como resultado, foram formados 40 multiplicadores.

Ao final do curso, foi definido pela equipe do IPPUL e pelos participantes uma agenda de reuniões com a população de cada região da cidade (norte, sul, leste, oeste, centro e rural). Os responsáveis por mobilizar e organizar estas reuniões foram os próprios multiplicadores formados no curso. O IPPUL colaborava com o apoio técnico e logístico, levando a discussão dos temas relacionados a Plano Diretor, como Estatuto da Cidade e Participação Popular a uma grande parte da sociedade londrinense.

Nestas reuniões foi incentivada a criação de Fóruns de Debate Popular sobre a Revisão do Plano Diretor. Esta iniciativa visava abrir um espaço permanente de discussão no qual as pessoas pudessem se organizar, debater problemas e buscar soluções. Todo o conteúdo produzido nestes Fóruns terá como principal objetivo acumular discussão para a leitura comunitária do Plano. Estes Fóruns ainda estão

em processo de formação, não possuindo ainda um formato definido, mas a população deverá se organizar da forma mais viável para cada região da cidade, criando assim um espaço permanente de discussão e também incentivando o fortalecimento das lideranças comunitárias. O IPPUL tem o papel de facilitar a discussão, porém o conteúdo e metodologia deverão ser desenvolvidos pela própria comunidade.

Estas reuniões foram realizadas no período de novembro a dezembro deste ano. Não foram realizadas todas as reuniões previstas, entretanto, os grupos organizados já marcaram a retomada das atividades para o próximo ano (2006).

Nas reuniões com a população foram utilizados e abordados os seguintes meios e conteúdos: vídeo do Ministério das Cidades (kit campanha Plano Diretor Participativo), discussões sobre problemas locais, metas e perspectivas sobre o futuro de cada região.

As reuniões explicitaram a necessidade de organização da população para defender seus objetivos e promover um processo de renovação das lideranças.

Nas áreas rurais a participação foi intensa, pois a iniciativa abriu à população um fórum inédito de debate. Cabe destacar que a maior reclamação dos moradores da área rural foi o esquecimento histórico por parte das administrações anteriores. A iniciativa busca resgatar a discussão das questões rurais antes colocadas de lado, já surtindo um primeiro efeito, pois a participação dos moradores destas áreas foi intensa durante todo o processo de discussão feito até então. No caso das reuniões no meio rural, a Secretaria de Agricultura colaborou cedendo o transporte para o curso e para as reuniões.

Como última atividade até o fechamento do presente relatório, foi realizada a 2ª Audiência Pública no dia 03 de dezembro de 2005, na qual foi apresentado o trabalho já realizado, feita a avaliação do processo até o momento e discutido os próximos passos para o ano de 2006.

Recomendações, Alertas e Aprendizados:

Em todos os cursos ministrados foram utilizadas dinâmicas lúdicas, tais como: teatro, criação de cidades a partir da vivência de cada grupo (nesta dinâmica foram criadas cidades e moradores em cartolina, desta maneira foram discutidas expectativas em relação ao Plano Diretor e desejos de mudança para o município, neste momento foram abordados temas como Estatuto da Cidade, Plano Diretor e Participação Popular), que juntamente com as exposições dos técnicos do IPPUL, visaram relacionar os temas discutidos com o planejamento municipal, garantindo a efetiva apropriação do conhecimento produzido.

Um dos objetivos de reforçar a participação popular, em momento anterior à contratação da consultoria para elaboração do Plano Diretor é garantir as bases para seu monitoramento e qualificar o processo de construção coletiva.

Para que a elaboração e implementação do Plano seja realmente pactuada, é extremamente importante alimentar com conhecimento os grupos sociais historicamente excluídos dos debates e das esferas de decisão.

Ao utilizar a própria estrutura existente na Prefeitura Municipal ficou evidente que, mesmo com pouco recurso, é possível executar e garantir um processo de gestão democrática contínuo, articulando as diversas secretarias e departamentos e aproveitando processos participativos em curso, contratando a consultoria apenas para o desenvolvimento da parte técnica do Plano Diretor, garantindo sempre que esta se articule com as ações d Prefeitura, utilizando a leitura comunitária em seus processos.

Coordenação da Sistematização:

Alexandre Pedrozo

Colaborador(es) de sistematização:

Fernanda Podzwato e Aline Albuquerque

Instituição dos sistematizadores:

Ambiens Sociedade Cooperativa

Coordenação técnica e política dos trabalhos:

Coordenação Técnica e Política: Gilson Jacob Bergoc

Consultoria contratada para o plano diretor:

Até o momento, o processo foi realizado pela equipe da própria Prefeitura Municipal, coordenado pelo IPPUL.

Valor(es) do contrato:

*

Prazo de execução do contrato:

Data de início: *

Data de Término: *

Período de elaboração do plano diretor participativo:

Data de início: *

Data de envio à Câmara Municipal: *

Data de aprovação na Câmara Municipal: *

Os trabalhos até o momento da entrevista foram realizados pela equipe do poder executivo. As datas e os demais trabalhos referentes à elaboração do Plano Diretor estão sendo decididos para iniciar a fase de concorrência pública.

Contatos para obter mais informações:

Nome: Gilson Jacob Bergoc

Instituição: IPPUL

Telefone: (43) 3372-4702

Fax: -

Email: gilson.bergoc@londrina.pr.gov.br

Fontes das Informações:

Instituição(ões):

- IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
- Núcleo de Participação Popular da Prefeitura de Londrina

Documento(s): -

Publicação(ões): -

Artigo(s): -

Site(s): www.londrina.pr.gov.br/ippul

Pessoa(s) Entrevistada(s):

1. Gilson Jacob Bergoc
2. Neiva Alves B. de Almeida